

## CAPÍTULO 2

### PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

#### 2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONCEITO DE PPI

O Projeto Pedagógico Institucional é o documento que manifesta o ideal de educação, que registra o processo de construção da identidade institucional e que dá suporte para a avaliação das ações educativas programadas pela instituição. Este documento tem por finalidade apresentar a proposta de trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC, bem como suas intencionalidades transformadoras para os próximos anos.

Sua construção tem como referência a Constituição Federal de 1988, que trouxe avanços significativos para a educação, dentre eles a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a gestão democrática (art. 206). Este documento também se referencia na Lei nº 9.394/1996, que versa sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que remete aos estabelecimentos de ensino a elaboração e execução de suas propostas pedagógicas (art. 12, inciso I) e que destaca a participação da comunidade escolar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (art. 14).

Foi a Lei nº 9.394/1996 que introduziu a obrigatoriedade de as instituições de ensino construírem seus projetos pedagógicos. O Decreto nº 5773/2006 traz a obrigatoriedade de as instituições de ensino superior construírem o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, contendo nesse documento o Projeto Pedagógico da Instituição - PPI.

Conforme estabelecido no artigo 2º da Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais, “são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino”, que passam a ter autonomia para criar e extinguir cursos na educação profissional.

Para o ensino profissional, a Lei nº 9.394/1996 pode ser considerada um marco,

pela forma global como trata o tema e pela flexibilidade que confere ao sistema e aos alunos. Essa lei traz ao ensino profissional o conceito de aprendizagem permanente, e destaca a relação entre educação profissional e processos formativos integrados ao trabalho, à ciência, à tecnologia e às diferentes formas de educação. Também define que a educação profissional pode ocorrer para além da escolaridade formal e para além da escola (CHRISTOPHE, 2005)<sup>1</sup>.

A educação profissional, na Lei nº 9.394/1996, é apresentada em um capítulo à parte da educação básica, “superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contidos nas primeiras legislações” sobre o tema. Propõe-se atuar de forma crítica e qualificada no âmbito social, tornando-se, dessa forma, “um mecanismo para favorecer a inclusão e a democratização dos bens sociais”.

Em 2004, novas medidas para a educação profissional foram apresentadas a partir da substituição do Decreto nº 2.208/1997 - que estabelecia as diretrizes estruturais e curriculares da educação profissional - pelo Decreto nº 5.154/2004. O novo decreto confere mais flexibilidade à educação profissional, além de instituir outras providências importantes. O documento altera a estrutura da educação profissional, prevendo a seguinte organização:

- I - Formação inicial e continuada de trabalhadores.
- II - Educação profissional técnica de nível médio.
- III - Educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, de acordo com o Decreto nº 5.154/2004, Art. 3º, “poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social”. De acordo com o mesmo Decreto, Art. 3º, § 1º, “considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos”.

Há que se considerar também os decretos e demais legislações que orientam as atividades educacionais do IFSC, tais como o Decreto nº 5773/2006, que dispõe sobre as funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e

---

1 CHRISTOPHE, M. **A legislação sobre a Educação Tecnológica no quadro da Educação Profissional Brasileira**, 2005. Disponível em: <[http://www.iets.org.br/biblioteca/A\\_legislacao\\_sobre\\_a\\_educacao\\_tecnologica.pdf](http://www.iets.org.br/biblioteca/A_legislacao_sobre_a_educacao_tecnologica.pdf)>. Acesso em: 13 mai. 2013.

cursos superiores de graduação, o Decreto nº 5840/2006, que institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja, a Resolução CEB 04/2010 e o Parecer CEB 07/2010, que definem diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Básica, a Resolução CEB 06/2012 e o Parecer CEB 11/2012, que definem as diretrizes para a educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Resolução CEB 02/2012 e o Parecer CEB 05/2011, que definem as diretrizes para o Ensino Médio.

Destacam-se ainda as resoluções e pareceres CEB 2012 relacionados à educação indígena e quilombola, além de resoluções e pareceres de 2011 relacionados à educação ambiental e aos direitos humanos.

Considerando esses documentos legais, não se pode esquecer que o IFSC é uma instituição social, comprometida com a educação profissional e tecnológica de jovens e adultos, em diferentes níveis, etapas e modalidades, numa perspectiva emancipadora e cidadã, sendo democrática quanto à gestão, pública quanto à destinação de recursos e funcionamento, e inclusiva quanto a sua ação educativa.

O grande desafio do IFSC está em garantir um padrão de qualidade no ensino profissional e tecnológico para todos, em consonância com os arranjos produtivos, grupos sociais e manifestações culturais locais.

Para dar conta desse desafio, o projeto pedagógico é o elemento mais importante do PDI, na medida em que organiza e consolida a programação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão e é político porque remete ao compromisso social da instituição com a formação de profissionais cidadãos (MASETTO, 2012, p.70)<sup>2</sup>.

Em uma perspectiva emancipadora e democrática, o PPI precisa ser entendido como um instrumento teórico-metodológico que orienta as ações da instituição para a transformação da realidade. É um planejamento amplo, global, construído coletivamente e concretizado de forma processual, possibilitando a reflexão constante sobre o fazer e a sua reconstrução permanente (VASCONCELLOS, 2009)<sup>3</sup>.

A elaboração do PPI, em termos teóricos, orienta-se em quatro pressupostos:

---

2 MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do professor universitário**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2012.

3 VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 12.ed. São Paulo: Libertad, 2009.

unicidade da teoria e prática; ação consciente e organizada da instituição; participação efetiva da comunidade acadêmica e reflexão coletiva; articulação da instituição e da comunidade externa (VEIGA, 2001)<sup>4</sup>.

Teoria e prática são inseparáveis na construção do PPI, pois não se pode separar o pensar e o agir. De um lado, a ação subsidia o pensamento para a construção de novas ideias e propostas diferenciadas de intervenções na realidade educacional, de outro, a teoria, representada por um conjunto de ideias sistematizadas a partir da prática pedagógica, dá suporte e sustentação para a ação.

O PPI se constitui como ação consciente e organizada, um instrumento que visa a orientar os desafios, todas as práticas institucionais e suas consequências. O terceiro pressuposto para a elaboração do PPI é o envolvimento de todos na construção do projeto, por meio de uma reflexão coletiva. A participação coletiva precisa ser dinâmica, prática, comprometida e deve contemplar o diálogo. A construção conjunta precisa superar as relações competitivas e autoritárias, possibilitando a vivência democrática e a resolução das tensões de forma criativa.

O quarto pressuposto representa o desafio de incluir a comunidade nas discussões e na construção do PPI, questionando, participando, indicando caminhos, articulando a dimensão política e a dimensão social à ação pedagógica.

## 2.2 CONCEPÇÕES NORTEADORAS

O Projeto Pedagógico Institucional do IFSC toma como ponto de partida o marco referencial teórico-metodológico elaborado e construído de forma coletiva pelos integrantes da comunidade escolar. As concepções norteadoras explicitadas neste documento constituirão os fundamentos básicos que orientarão a formulação de diretrizes, políticas e projetos da instituição, e atuarão como bases da unidade do IFSC em seu processo de planejamento, execução e avaliação dos planos de ensino, pesquisa e extensão.

---

4 VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político-Pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma P. A.; FONSECA, Marília (orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**: novos desafios para a escola. Campinas: Papirus, 2001.

## 2.2.1 Concepção de educação

Entende-se que a concepção de educação que fundamenta o trabalho no Instituto Federal de Santa Catarina é a concepção histórico-crítica, democrática e emancipadora, que entende a educação como prática social, “como um processo de humanização dos homens, [...] inserido no contexto de suas relações sociais”(LIBÂNEO, 2003, p. 68)<sup>5</sup>.

A educação é um fenômeno social, "portanto, a cultura e os sujeitos são determinados por condições sociais e políticas" (LIBÂNEO, 2003, p. 68)<sup>6</sup>. Essa concepção deve ser vivenciada nas relações estabelecidas por todos os participantes da comunidade acadêmica, tanto em sala de aula, em ambientes de pesquisa e extensão, como em qualquer outra situação educacional na instituição.

Diante da concepção apresentada, o IFSC, uma instituição pública imbuída de sua função social, contribui com as transformações, atuando criticamente para reconstruir as representações que os sujeitos têm da realidade, de modo a promover uma mudança de postura e de prática diante da sociedade, da ciência e da tecnologia. Nessa perspectiva, a educação é um espaço fundamental para a formação integral do cidadão, sujeito consciente, com visão crítica. Mobilizar-se nessa direção significa defender, nas práticas cotidianas, os valores institucionais.

Como instituição educacional, o IFSC deve garantir aos alunos condições de exercício de cidadania responsável, capacitação para o trabalho, socialização do conhecimento e da tecnologia, colocando-os a serviço da construção de uma sociedade mais ética, justa e igualitária. Nesse sentido, o IFSC preserva e fortalece sua condição de instituição pública, gratuita, inclusiva, democrática, com oferta de educação de qualidade.

## 2.2.2 Concepção de educação profissional e tecnológica

A proposta de educação profissional e tecnológica do IFSC sustenta-se em uma concepção de educação integral do sujeito, cujo caráter é de totalidade, possibilitando a manifestação das individualidades, sem limitar-se apenas ao trabalho manual ou intelectual da atividade produtiva (SILVEIRA, 2007)<sup>7</sup>. Entende-se que o trabalho como

5 LIBÂNEO, Jose Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2003.

6 LIBÂNEO, Jose Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2003.

7 SILVEIRA, Zuleide. Simas da. **Concepção de educação tecnológica no Brasil: resultado de um processo**

princípio educativo geral “se encaminha na direção da superação entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral” (SAVIANI, 1989, p.13)<sup>8</sup>, sem separar o conhecimento teórico do conhecimento prático, voltando-se para a formação do homem integral, sem a preocupação de apenas prepará-lo para o mercado de trabalho. Nessa concepção, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão precisa ser garantida.

Os principais documentos de referência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica remetem ao tema da construção de saberes integrados à formação profissional, à construção da cidadania e aos cuidados com o meio ambiente.

Nas diretrizes do IFSC, a concepção de Educação Profissional e Tecnológica orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e desenvolvimento da capacidade de investigação científica. Essas são dimensões essenciais à construção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Na educação profissional, pretende-se que o conhecimento e o potencial investigativo e transformador sirvam para realizar o trabalho educativo de forma a superar a fragmentariedade, explicitando os nexos entre ciência, tecnologia e sociedade. O trabalho educativo implica o domínio de um conjunto de conhecimentos, o domínio metodológico e técnico, assim como o desenvolvimento de recursos afetivo-cognitivos, para que os sujeitos envolvidos conheçam, com o devido rigor, cientificidade e criticidade, as dimensões técnicas do exercício profissional e as condições histórico-sociais nas quais esse exercício ocorre.

Na educação profissional, entende-se que a prática, o exercício de saberes e o aprimoramento dos valores devem orientar o trabalho dos educadores. A educação profissional é, em primeiro lugar, educação, construção do sujeito no seu contexto histórico-social, mas também é profissional, construção de um cidadão-trabalhador,

---

histórico. In: A organização do trabalho didático na História da Educação: **Anais da VII Jornada do HISTEDBR**. Campo Grande (MS): Editora Uniderp, 2007. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7/\\_GT1%20PDF/CONCEP%C7%C3O%20DE%20EDUCA%C7%C3O%20TECNOL%D3GICA%20NO%20BRASIL%20RESULTADO%20DE.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/CONCEP%C7%C3O%20DE%20EDUCA%C7%C3O%20TECNOL%D3GICA%20NO%20BRASIL%20RESULTADO%20DE.pdf)>. Acesso em: 04 jun. 2013.

8 SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnicidade**. Rio de Janeiro: FioCruz, 1989.

consciente de seus deveres e direitos, capaz de intervir na sociedade. O contexto histórico-social é dinâmico, assim como são dinâmicas as técnicas. A educação exige o desenvolvimento da capacidade de aprender e criar na busca de soluções para os problemas técnicos e socioeconômicos do seu tempo.

### 2.2.3 Concepção de currículo

Conforme a Resolução 06/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica de Nível Médio, o currículo apresenta caráter político-pedagógico e é um instrumento de compreensão do mundo, de transformação social, que viabiliza o processo ensino-aprendizagem. Deve ser abrangente, dinâmico, apresentando o conjunto de intenções e ações que serão desenvolvidas. De acordo com Masetto (2012, p.77)<sup>9</sup>, o currículo é “um conjunto de conhecimentos, saberes, [...], experiências, vivências e valores que os alunos precisam adquirir e desenvolver, de maneira integrada e explícita, mediante práticas e atividades de ensino e de situações de aprendizagem”.

Em conformidade com o princípio de inclusão, o IFSC fez a escolha por um currículo inclusivo, que explicita e acolhe as diferenças, garantindo a todos o seu lugar e a valorização de suas especificidades. O IFSC também se preocupa com a organização do tempo e do espaço escolar, de forma a garantir o ingresso e a permanência do aluno na instituição e o acesso ao conhecimento. Além disso, busca conhecer o processo de desenvolvimento do aluno e as características dos diferentes perfis e faixas etárias, por diferentes linhas teórico-metodológicas, a fim de conseguir êxito no trabalho desenvolvido.

Para tanto, o currículo deverá ser atualizado, contextualizado e significativo, voltado para a realidade. Deverá favorecer a formação de um sujeito crítico, criativo, que pesquisa e participa ativamente da construção do seu conhecimento.

Em consonância com os objetivos de inclusão e emancipação nos fundamentos educativos do IFSC, buscamos aprimorar como proposta um currículo interdisciplinar, que atende ao desenvolvimento das competências traçadas a partir de situações concretas das diferentes áreas profissionais, visando a promover a socialização dos saberes, superar a fragmentação entre as diferentes áreas do conhecimento e perceber o aluno como uma totalidade.

9 MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência Pedagógica do professor universitário**. 2.ed. São Paulo: Summus, 2012.

Essa opção vai propiciar uma ação pedagógica em que se efetiva a construção do conhecimento e a relação entre aprendizagem e desenvolvimento por todos da comunidade escolar: professores, servidores, alunos, pais/responsáveis.

O professor, nessa perspectiva de currículo, é compreendido como mediador, articulador do processo de ensino-aprendizagem, visando à construção do sujeito histórico, social e afetivo. O conteúdo é trabalhado a partir de uma ação pedagógica na qual as unidades curriculares não apenas somam esforços, mas trabalham para a construção de conceitos, de forma que o conteúdo exista como meio e não como fim. Isso possibilitará ao aluno a apropriação dos avanços tecnológicos, a acumulação, a recriação e criação de novos conhecimentos.

### 2.2.4 Concepção de avaliação

Avaliação é um processo e pode indicar avanços e dificuldades na ação educativa, devendo remeter o professor a uma reflexão sobre sua prática. É necessário que as metodologias de sala de aula trabalhem com a diversidade, considerando as diferenças sociais, linguísticas e culturais dos alunos. A avaliação não deve ser um instrumento de classificação, seleção e exclusão social, mas de construção coletiva dos sujeitos e de uma escola de qualidade.

Avaliar é sempre uma reflexão e implica tomar decisões sobre aspectos da realidade. “Avalia-se para diagnosticar avanços e entraves, para intervir, agir, problematizando, interferindo e redefinindo os rumos e caminhos a serem percorridos” (LOCH, 2003, p.134)<sup>10</sup>. A avaliação diagnóstica implica avaliar o processo e não somente o produto, significa ver a escola como um espaço contraditório passível, portanto, de ser compreendida e mudada. A avaliação vista por esse prisma se torna impulsionadora do processo de construção do conhecimento. Se temos uma avaliação que privilegia o diagnóstico e sua posterior análise, tomamos consciência do que o aluno aprendeu e do que o aluno não aprendeu, sendo esse novamente o ponto de partida.

Avaliar é localizar necessidades e se comprometer com sua superação. Sendo assim, quando temos um aluno, ou vários, que não estão acompanhando, é preciso parar para atendê-los. A aprendizagem não se dá de forma linear. Porém, uma base bem

<sup>10</sup> LOCH, Jussara Margareth de Paula. Avaliação na escola cidadã. In: ESTEBAN, Maria Teresa (org.).

**Avaliação:** uma busca prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.



trabalhada, ainda que demore mais, leva a uma aprendizagem mais sólida. É preciso rever conceitos, repensar práticas de sala de aula, replanejar o calendário escolar, buscar alternativas.

A nova intencionalidade pode se traduzir na prática da metodologia participativa em sala de aula, pela qual se faz a recuperação da aprendizagem no próprio ato do ensino. “Quando se pede ao aluno que exponha seu ponto de vista, argumente a favor ou contra uma ideia, produza um texto, participe da elaboração de um projeto, proponha soluções para um problema, está-se acentuando a importância da reflexão, do pensamento autônomo, da participação, da criação” (ANDRÉ; PASSOS, 2000, p.177)<sup>11</sup>. Portanto, se o aluno participa e dialoga, já é possível perceber ali mesmo se ele está ou não entendendo. O trabalho de recuperação do aprendizado pode, então, dar-se de maneira concomitante ao ensino.

A avaliação não pode ser unilateral. “A avaliação não é um ato pelo qual A avalia B. É o ato por meio do qual A e B avaliam juntos uma prática, seu desenvolvimento, os obstáculos encontrados ou os erros e equívocos por ventura cometidos. Daí seu caráter dialógico. Nesse sentido, em lugar de ser instrumento de fiscalização, a avaliação é a problematização da própria ação” (FREIRE, 1982, p.26)<sup>12</sup>. Portanto, o processo de avaliação deve auxiliar educadores e educandos na caminhada de crescimento e a escola na sua tarefa de responsabilidade social, dando seu testemunho sobre a qualidade da formação técnica e política do educando.

A avaliação como ato diagnóstico e como processo contínuo deve ter por objetivo a inclusão, subsidiando ações que viabilizem tanto o domínio técnico como o domínio dos demais aspectos relevantes à formação do cidadão. O diagnóstico visa a apreciar atos, situações e pessoas, para então tomar decisões conscientes em relação ao que se está buscando ou construindo. Proceder por diagnóstico é oferecer condições de encontrar o caminho para obter melhores resultados na aprendizagem.

---

11 ANDRÉ, Marli Eliza D. A.; PASSOS, Laurizete F. Avaliação escolar: desafios e perspectivas. In: CASTRO, Amelia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensinar a ensinar**: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira e Thomson Learning, 2000. p.177-195.

12 FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 11.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

### 2.3 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Instituto Federal é uma instituição de educação, ciência e tecnologia, pública e gratuita, e deve assumir sua função social, considerando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Suas ações são voltadas à socialização de saberes teóricos e práticos, visando ao desenvolvimento das potencialidades dos alunos para que se constituam cidadãos participativos e corresponsáveis nos processos de transformação da sociedade.

A interação dos servidores do IFSC com a comunidade é importante para identificar quais as suas necessidades de ordem cultural, esportiva, tecnológica, social, educacional, política e econômica, de tal maneira que as portas da instituição estejam abertas para atender a todos os cidadãos que dela decidirem compartilhar.

A educação baseia-se na relação entre estas três áreas: ensino, pesquisa e extensão. No ensino, inter-relacionam-se os diferentes saberes, na pesquisa eleva-se o conhecimento a novos patamares do saber e, na extensão, compartilham-se conhecimentos com a sociedade, contribuindo dessa forma para o cumprimento da missão institucional.

A seguir, o ensino, a pesquisa e a extensão serão abordados separadamente para, então, serem explicados de forma associada pelo aspecto da indissociabilidade entre eles.

#### 2.3.1 Caracterização do ensino

O ensino é o processo de socializar, discutir e apropriar-se de saberes construídos historicamente para então dar a eles um ressignificado. Tem, portanto, caráter reflexivo, implica o desejo de compreender o mundo e dele se apropriar, a partir das atividades humanas, ou seja, a partir das interações que os sujeitos realizam entre si e com a natureza.

Nesse processo estão envolvidos sujeitos que ensinam e que aprendem. As ações e os meios de efetivação do ensino devem considerar, ao mesmo tempo, o contexto e as diversas dimensões da formação do sujeito, que idealmente deve se constituir um cidadão. Relações entre os diversos saberes devem se estabelecer, produzindo assim novos saberes, que por sua vez promoverão o desenvolvimento da ciência, da cultura e

da tecnologia. Dessa forma, pretende-se que o ensino seja transformador e democrático, garantindo o respeito às individualidades.

O ensino deve ser pautado na interação, no diálogo e na mediação entre professor e aluno, possibilitando uma participação ativa de ambos no processo. O ensino deve ser significativo, ou seja, partir do conhecimento de mundo que o aluno traz para depois problematizá-lo, apresentando conhecimentos já sistematizados e historicamente construídos, provocando a reflexão e a crítica para se construir uma síntese e, então, produzir novos saberes.

A diversidade das condições de aprendizagem é uma realidade que não pode ser negada. Ao levar em conta a realidade do aluno, é preciso favorecer a transformação para outra realidade, que represente igualdade de condições de acesso ao conhecimento e satisfação das necessidades do ser humano. Essas necessidades servem como referência para a compreensão da ciência, da tecnologia e da educação como atividades que precisam ser elaboradas em favor do desenvolvimento humano.

Tomando por base os preceitos legais que estabelecem ser a instituição pública e gratuita, as ações educacionais do IFSC sustentam-se nos seguintes princípios:

- respeito às diferenças de qualquer natureza;
- inclusão, respeitando a pluralidade da sociedade humana;
- respeito à natureza e busca do equilíbrio ambiental, na perspectiva do desenvolvimento sustentável;
- gestão democrática, com participação da comunidade acadêmica nas decisões, garantindo representatividade, unidade e autonomia;
- diálogo no processo ensino-aprendizagem;
- humanização, formando cidadãos capazes de atuar e modificar a sociedade;
- valorização da tecnologia que acrescenta qualidade à vida humana;
- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

### Definição e Importância

O Ensino está articulado a um conjunto de ações, mas tem suas características próprias, representando o cerne das atividades escolares. Associado aos demais processos educativos, necessita garantir sua identidade e sua singularidade, que se

referem ao conjunto de atividades coordenadas pelos educadores na construção dos saberes, valores e práticas que educarão nossos estudantes. Referenciado na aprendizagem, o ensino organiza-se conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, especialmente para a educação profissional e tecnológica, construindo competências associadas aos perfis profissionais de formação de nossos cursos. No entanto, essas competências não podem se desvincular do caráter educativo desse processo, estimulando a prática, a pesquisa e a extensão como estratégias de ação.

O ensino deve considerar as singularidades de aprendizagem dos alunos, pois as diferentes formas de aprender estão relacionadas a sua trajetória de formação e de prática social, realidade de cada sujeito, bem como as suas características de personalidade e desenvolvimento pessoal.

Assim, o ensino precisa considerar a aprendizagem, garantindo, além da atividade didática, a atividade pedagógica. Em outras palavras, não basta que haja ensino de qualidade, mas sim que efetivamente aconteça uma aprendizagem contextualizada, que garanta a construção de saberes e o aprimoramento humano do educando.

### Objetivos

No IFSC, o ensino assume outros objetivos além da aprendizagem, da formação e da educação de cidadãos, assume também a função social de inclusão, em diversas dimensões: escolarização, inserção laboral, resgate de direitos, inserção nas práticas sociais, avanço científico e tecnológico, inserção de práticas culturais e esportivas com direito à acessibilidade.

Conforme a lei de criação dos Institutos Federais, o papel da instituição de educação profissional e tecnológica pressupõe um conjunto de objetivos que a destaca das outras instituições educativas e a identifica com características peculiares, não apenas pela oferta, mas pela referência que deve ser às demais instituições educativas e sociais.

A escolarização, especialmente para os que não puderam cumpri-la na idade regular de suas vidas escolares, caracterizada pelos programas de educação de jovens e adultos, deve ser ampliada e consolidada por meio de um ensino que considere suas particularidades e demandas regionais.

Programas de inclusão e de qualificação profissional são fundamentais para a acolhida de novos alunos, tanto para o resgate social que promove aos que deles participam, como para a possibilidade de elevação da escolaridade e formação para o trabalho. Além disso, há muitas possibilidades de criação de novas alternativas laborais com o apoio do IFSC, como o estímulo à criação de cooperativas e à formação de grupos de trabalhadores para o fortalecimento de suas atividades.

O avanço científico e tecnológico, parte integrante do processo de ensino, deve considerar que os saberes se consolidam à medida que mais práticas sociais a eles se incorporam, estabelecendo um processo contínuo de construção do conhecimento e de busca de soluções técnicas ou tecnológicas, que por sua vez demanda mais saberes, e assim sucessivamente.

### **Diretrizes Gerais**

As diretrizes do ensino no IFSC estão alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais, mas apresentam peculiaridades que o identificam e o desafiam ao longo da sua consolidação.

A oferta proporcional de matrículas, conforme dispositivos legais, bem como o Termo de Acordo de Metas e Compromissos, com o objetivo de fazer o melhor uso dos recursos públicos, faz o IFSC dimensionar suas práticas, planos e projetos a fim de ir além do cumprimento das metas e inaugurar novas sistemáticas de elaboração de projetos e construção de currículos. O objetivo é desempenhar as atividades de ensino e de gestão em direção à concepção de educação prevista neste documento, mas desdobrada em diferentes estratégias, de acordo com as particularidades de cada oferta educativa.

Outra diretriz de ensino é a harmonização de currículos. Entende-se por harmonização a busca de uma identidade institucional, garantindo o atendimento às necessidades locais e regionais de profissionalização. Esse processo deve considerar as discussões dos perfis profissionais e de carga horária.

As demandas locais devem sempre estar presentes nos planos de novas ofertas, bem como na atualização das ofertas existentes, garantindo que o Instituto esteja inserido na realidade de cada um de seus câmpus, oferecendo educação profissional e

tecnológica em perspectiva nacional, mas com um olhar especial à comunidade onde se insere. Os arranjos produtivos locais devem ser sempre uma fonte de informação para a oferta educativa. Conjuntos de atividades econômicas consolidadas, em implantação ou em vislumbre, devem fazer parte de nossas diretrizes na construção de planos e projetos educativos, garantindo cada vez mais a perfeita sintonia de cada câmpus com sua comunidade, sem perder a identidade institucional.

### Políticas

Uma das grandes políticas do IFSC é ser um espaço de educação continuada, no sentido mais amplo possível. O entendimento é o de que a educação é um processo permanente de aprimoramento do ser humano. Assim, a educação continuada é cada vez mais uma realidade ao longo da vida de todo cidadão: é sempre necessário um maior ou menor grau de aperfeiçoamento, domínio de saberes, apropriação de técnicas e métodos para os mais variados setores e atividades. O Instituto se define como instituição educativa, com capacidade de garantir educação continuada, tanto em seus cursos regulares, programas e projetos, como nas atividades de pesquisa e extensão.

Ao longo da vigência deste PDI, o IFSC ainda estará em consolidação de sua estrutura física, contratação de servidores, criação de novas ofertas e todos os desdobramentos advindos dessas atividades. Nesse sentido, algumas políticas orientam o seu planejamento:

- consolidação da oferta educativa nos diferentes níveis e modalidades, garantindo condições objetivas para o desenvolvimento das práticas pedagógicas por meio da estrutura física e de materiais adequados;
- construção e consolidação do marco regulatório necessário à agilidade de processos, sistemas e métodos;
- implantação de um sistema eletrônico de gerenciamento dos vários processos;
- ampliação de um programa de educação continuada na formação de formadores, aperfeiçoando os processos de ensino, comprometendo-se com o êxito na aprendizagem;
- fortalecimento das instâncias democráticas de construção coletiva, planejamento, projetos, decisões, articulações, normas e procedimentos;

- incentivo à Educação a Distância como uma das práticas de ensino da instituição, sendo a EaD uma das opções que atenda a uma determinada demanda;
- participação em todos os fóruns relacionados à educação, especialmente à educação profissional e tecnológica;
- ampliação de acervo bibliográfico;
- implantação e manutenção permanente da infraestrutura de laboratórios;
- ampliação de programas que valorizem a participação cidadã e política em diferentes instâncias da sociedade;
- garantia de ingresso, permanência e êxito do aluno na instituição.

Uma importante política deste Instituto é a articulação com outras instituições da Rede Federal, contribuindo para o desenvolvimento do país, solidarizando-se com as demandas das demais instituições, compartilhando soluções e aprimorando a interinstitucionalidade em direção a uma política nacional de Educação Profissional e Tecnológica, crucial para o desenvolvimento do Brasil.

### 2.3.2 Caracterização da extensão

#### Definição

Historicamente, a extensão passa por diversas fases práticas e de conceito na educação: a transmissão verticalizada do conhecimento, o voluntarismo de natureza político-pedagógica, movimentos sociais e comunitários não sistematizados e o momento acadêmico institucional dialógico e transformador para todos os sujeitos envolvidos (SERRANO, 2013)<sup>13</sup>.

O IFSC compreende a extensão como um conjunto de atividades em que se promove a articulação dos saberes científicos e tecnológicos com a realidade socioeconômica e cultural da região onde está inserido. Essa definição amplia a ação institucional para além do próprio processo educativo e de produção de conhecimento, processo esse que busca na realidade da sociedade os objetos de estudo e desenvolve propostas educativas e científicas aplicadas ao contexto social.

---

13 SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular. Disponível em: <[http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos\\_de\\_extensao\\_universitaria.pdf](http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2013.

Tomando como base a lei de criação dos Institutos Federais, Seção II, Artigo 6º, ressalta-se que as atividades de extensão devem beneficiar a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal. A partir desse mapeamento, “as atividades de extensão podem abrir os caminhos de acesso dos diversos públicos às ofertas educativas e oportunidades de formação continuada” (SILVA, 2009, p. 44)<sup>14</sup>.

### Importância

As atividades de extensão são extremamente importantes para a formação integral do aluno, uma vez que estão intrinsecamente relacionadas com o seu contexto social, econômico e cultural. Também serve de instrumento para inserção do egresso no mundo do trabalho e manutenção de seu vínculo com a instituição, possibilitando o acesso a informações sobre a efetividade das ações institucionais frente ao cumprimento de suas finalidades.

A extensão deve ser compreendida como prática acadêmica e como um meio de articulação com os diversos segmentos sociais, de forma programada e sistemática, com o objetivo de estabelecer parcerias comprometidas com a missão e a visão institucional. O resultado das ações efetivas de extensão contribuem para as transformações sociais, econômicas e políticas, proporcionando benefícios, tais como os relacionados a seguir.

- Atuação eficaz na aprendizagem, norteadas na teoria, mas baseada na prática, tornando a aprendizagem integral, possibilitando aos alunos experiências importantes, não só relacionadas ao estudo, mas também à convivência social.
- Divulgação da imagem institucional na sociedade, contribuindo para o processo de implantação e consolidação dos câmpus.
- Inserção na comunidade, permitindo alinhar as ofertas de ensino e pesquisa para atender as demandas da região.
- Inter-relação com as áreas do ensino e da pesquisa, possibilitando ao discente a atuação profissional e a inserção no mundo do trabalho durante a formação acadêmica.

---

14 SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.



- Contribuição nas transformações sociais, econômicas e políticas, ampliando as possibilidades de acesso à educação e ao conhecimento.
- Estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas, gerando emprego e renda.
- Oferta ao educador de uma formação continuada e ampla de conceitos, processos e tecnologia, e ao estudante de uma perspectiva de inclusão no mundo do trabalho.

### Objetivos

As atividades de extensão têm como objetivo desenvolver ações de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com as políticas sociais, o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. São objetivos da extensão:

- contribuir para o desenvolvimento da sociedade, constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências, além de preparar o aluno para sua inserção no mundo do trabalho;
- buscar interação sistematizada com a sociedade por meio da participação de servidores e discentes em ações integradas com instituições públicas, privadas e com as entidades da sociedade civil, dando prioridade para projetos e ações que resgatem públicos socialmente vulneráveis;
- integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo desde projetos de concepção até mecanismos que inter-relacionem os saberes;
- incentivar uma prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, cultural, ambiental e política, formando profissionais cidadãos;
- elaborar, implementar e avaliar projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões;
- articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional, estabelecendo mecanismos de inclusão;
- articular parcerias com a sociedade para a concretização de projetos de extensão

com natureza de inovação tecnológica.

### Diretrizes Gerais

Apoiadas no princípio de indissociabilidade, as atividades de extensão têm por finalidade possibilitar que o conhecimento construído nas práticas de ensino e de pesquisa da instituição sejam disponibilizados aos diferentes segmentos da sociedade.

Para tanto, as principais diretrizes quanto aos discentes, nas quais se baseia a extensão, são:

- estimular participação do aluno em atividades de extensão, por meio do desenvolvimento de ações na comunidade como parte integrante dos currículos dos cursos ofertados pelo IFSC, articulando diferentes áreas do conhecimento;
- incentivar a inserção de atividades de extensão nos projetos pedagógicos dos cursos;
- possibilitar o contato com a comunidade e com o mundo do trabalho, favorecendo a inclusão profissional do aluno e do egresso do IFSC;
- promover uma formação ampla do aluno por meio do desenvolvimento de atividades que permitam o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao esporte;
- sensibilizar os alunos para que desenvolvam a ideia de pertencimento social, para que se sintam corresponsáveis pelo desenvolvimento de ações profissionais que levem ao desenvolvimento regional;
- ampliar as experiências discentes em termos teóricos, metodológicos, tecnológicos e de cidadania;
- fomentar e apoiar programas de mobilidade discente, especialmente no que se refere a intercâmbios, independentemente da área de formação.

Quanto aos servidores, as principais diretrizes são:

- proporcionar um espaço de ação com o mundo do trabalho, favorecendo o contato com as novas tecnologias e a formação continuada do servidor por meio da troca de conhecimentos contextualizados;
- fomentar e incentivar a participação de todos os servidores em ações, projetos e programas de extensão;
- incentivar e apoiar a produção de material bibliográfico, cartilhas, vídeos e demais

produtos de extensão;

- promover parcerias que possibilitem agregar conhecimentos e espaços para o desenvolvimento de atividades científicas, artísticas e culturais;
- apoiar o desenvolvimento de ações com instituições públicas, em especial da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- fomentar e fortalecer a criação de projetos e programas de extensão intercâmpus e intercursos, articulados ao ensino e à pesquisa aplicada;
- fomentar e apoiar a mobilidade de servidores para o desenvolvimento de projetos e programas de extensão e de ações que contribuam com a troca do conhecimento e de tecnologias;
- apoiar a captação de recursos para o desenvolvimento de atividades de extensão. Do ponto de vista da sociedade, a extensão tem as seguintes diretrizes:
- propor e desenvolver ações, promovendo o desenvolvimento regional;
- promover a troca de saberes para a promoção de ações em parceria, incentivando a produção e a disseminação cultural, artística, esportiva e tecnológica para o desenvolvimento regional;
- atender às demandas sociais articuladas ao ensino e à pesquisa;
- promover e apoiar ações que ampliem o acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico, esportivo e cultural, fortalecendo a imagem da instituição na comunidade;
- apoiar e desenvolver projetos sociais de inclusão e de tecnologias sociais, atendendo preferencialmente a populações e comunidades em situação de vulnerabilidade social.

### Políticas

São políticas de extensão:

- fortalecer e ampliar as atividades de extensão de cunho tecnológico, científico, cultural e esportivo;
- estabelecer relacionamento entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de consolidar a extensão como atividade institucional;

- ampliar a participação dos servidores e discentes nas atividades de extensão;
- fomentar a integração das atividades por meio do desenvolvimento de programas de extensão.

### 2.3.3 Caracterização da pesquisa

#### Definição e Contexto

Segundo a Resolução 086/2011/Cepe, “a pesquisa, entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão, visa basicamente à geração e à ampliação do conhecimento, e busca a criação e a produção científica ou tecnológica.” A pesquisa torna-se, na prática, a aplicação dos conhecimentos e saberes na forma de desenvolvimento de um produto, melhoria de um processo ou avanço no conhecimento técnico e científico, especialmente aqueles que são aplicados diretamente ao desenvolvimento regional, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Nesse sentido, o IFSC busca cumprir seu papel de instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão, articulando a produção do conhecimento acadêmico com a aplicação das pesquisas no âmbito do ensino e no desenvolvimento científico, tecnológico e social.

O fomento à pesquisa e à inovação é realizado por meio da valorização dos grupos de pesquisa, do apoio à realização de projetos, de parcerias com instituições públicas e privadas e do apoio à participação em eventos científicos. Nesse contexto tem-se como objetivo ampliar a participação de servidores e alunos nas atividades científicas, tecnológicas e artístico-culturais, visando à melhoria e à consolidação da posição do IFSC junto à sociedade acadêmica e científica, nos âmbitos regional e nacional.

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) promove a articulação e a viabilização de projetos de pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico com empresas e outras instituições de ciência e tecnologia, e realiza programas para disseminação da cultura da inovação e propriedade intelectual.

Na área de Assuntos Internacionais, alunos realizam intercâmbios em diferentes países por meio do programa Ciência sem Fronteiras, promovido pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), mostrando que o processo de internacionalização do IFSC já é uma realidade.

A implementação de vários Dinter e Minter nos últimos anos contribuíram para o fortalecimento no IFSC de um ambiente de produção científica e tecnológica, qualificando nossos servidores, além de estreitar os laços do IFSC com outras instituições de ensino renomadas no cenário nacional e internacional.

Além disso, a publicação de revistas e livros, de materiais exclusivos produzidos pelos nossos servidores e alunos, contribuiu para a consolidação de um espaço de diálogo e troca entre a Rede Federal e a comunidade.

A pesquisa no IFSC está sendo progressivamente estruturada, aproximando o IFSC da sociedade e consolidando-o como uma instituição de excelência no desenvolvimento técnico-científico.

### Importância

O Brasil tem crescido em média 5% ao ano no cenário latino-americano e mundial, tornando-se a 7ª economia no mundo. Esse crescimento contribui para a redução da pobreza, para o crescimento da classe média, para a ampliação da faixa de pessoas que saíram da condição de pobres e alcançaram a classe média, para o aumento da renda média, entre outras mudanças no país. Um efeito visível é a transformação nos hábitos dos consumidores, indicando a mudança social ocorrida como benefícios do crescimento econômico e da estabilidade financeira.

Nesse contexto, no entanto, o país vive um deficit de profissionais com formação técnica e tecnológica, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Institucional e o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), por ter investido pouco na educação profissional e tecnológica, ação que deve mudar com a ampliação dos Institutos Federais<sup>15</sup>.

A pesquisa beneficia a própria sociedade, pois a aproximação do IFSC com organizações de diversas naturezas traz benefícios e fortalece essas organizações para que ampliem sua atuação.

O país tem percebido isso e tem divulgado vários planos de crescimento na área tecnológica, tais como o Plano Brasil Maior, a criação de Polos de Inovação, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPI) e outras ações governamentais

---

15 <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/conteudo.phtml?id=1052418&tit=Apagao-de-engenheiros-no-Brasil>

que mostram a grande necessidade de melhorar a pesquisa aplicada no país. Os contextos estaduais e até municipais mostram-se favoráveis à busca de inovação, que passa, obrigatoriamente, pela pesquisa e pela extensão.

É nesse contexto nacional que o IFSC procura atuar como mediador do conhecimento aplicado e formador de mão de obra qualificada na área tecnológica. A pesquisa não está ausente desse tema e por isso buscou fundamento em normas e legislações internas que permitam ao pesquisador do IFSC, seja servidor ou aluno, participar do processo da pesquisa.

Para regulamentar as diversas atividades que envolvem a pesquisa, foi criada a Resolução nº 086, em 2011, aprovada pelo Cepe (Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão), estabelecendo os procedimentos necessários para quem deseja participar de projetos de pesquisa, remunerados ou não, internos ao IFSC ou com instituições parceiras.

A missão do IFSC reforça o compromisso do IFSC com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, o que é corroborado pela lei de criação dos Institutos Federais. Portanto, esse aspecto deve ser considerado por todos os órgãos e colegiados internos.

### Objetivos

O inciso VIII, do artigo 6º, da Lei nº 11.892/2008 dispõe que a finalidade dos Institutos Federais é “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.”

Da mesma forma, de acordo com o inciso III do Art. 7º, da Lei nº 11.892/2008, são objetivos dos Institutos Federais “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade”. Está disposto nas alíneas do inciso VI do mesmo Artigo que é objetivo dos Institutos Federais ministrar: “d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e, e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.”

Internamente, as atividades de pesquisa no IFSC são reguladas pela Resolução nº

086/2011/Cepe, indicando que a pesquisa visa a: “I - Incentivar a participação de servidores e alunos do IFSC em projetos, programas e ações de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, no âmbito do IFSC e em conjunto com instituições públicas e privadas. II - Integrar a pesquisa e o ensino com as demandas da sociedade, os seus interesses e as suas necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber científico e o saber popular de forma articulada com a extensão. III - Articular com o NIT parcerias com a sociedade para a concretização de projetos que envolvam pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo.”

Portanto, o processo da pesquisa envolve servidores e alunos do IFSC que têm a necessidade de ampliar e desenvolver o conhecimento científico e tecnológico, buscando soluções práticas e inovadoras para o dia a dia das empresas, da comunidade ou da sociedade na qual estão inseridos, atendendo às demandas externas, tais como os arranjos produtivos locais.

Para tal, o conhecimento pode ir além do que é apreendido em sala de aula, utilizando a ferramenta da pesquisa aplicada para potencializar a aprendizagem dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, com o objetivo de compartilhar com a sociedade, por meio da extensão, aquilo que foi desenvolvido nas pesquisas.

Considera-se que a pesquisa deve ser pautada na transformação da realidade local e na redução da desigualdade social. A pesquisa deve proporcionar ao estudante o interesse pelo processo investigativo, de forma que direcione a compreensão e a transformação de sua realidade social.

### Diretrizes Gerais

Busca-se uma concepção de pesquisa na perspectiva de construção coletiva. Isso significa que a pesquisa, além do caráter acadêmico atrelado à formação na pós-graduação, deverá também buscar respostas às necessidades que emergem da instituição e dos anseios da sociedade. Para tanto, as principais diretrizes quanto aos discentes são:

- envolver o aluno, preparando-o para que se torne capaz de fazer intervenções que contribuam para a transformação da sociedade;
- criar oportunidades educacionais que permitam a capacitação profissional

constante dos alunos, com o oferecimento de programas de pesquisa em diferentes níveis de ensino;

- direcionar as atividades de pesquisa para solucionar problemas técnico-científicos oriundos da sociedade;
  - prezar pela qualidade do ensino, por meio de pesquisas bem direcionadas e associadas ao conhecimento desenvolvido nos cursos do IFSC;
  - valorizar os conhecimentos prévios e as competências dos alunos, incentivando-os a participar de atividades de pesquisa;
  - incentivar a pesquisa na área da educação tecnológica como forma de melhorar a qualidade da educação;
  - promover a participação dos alunos em eventos científicos no Brasil e no exterior.
- Pensando em servidores, as principais diretrizes são:
- capacitar os servidores da instituição para que exerçam melhor as atividades de pesquisa;
  - promover a participação dos servidores em eventos científicos no Brasil e no exterior;
  - apoiar a mobilidade de servidores, visando à participação em projetos de pesquisa no Brasil e no exterior;
  - ampliar a oferta interna de editais de pesquisa, extensão e inovação;
  - incentivar a captação de recursos externos para pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
  - aprimorar o processo de gestão de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
  - fomentar e fortalecer os Grupos de Pesquisa;
  - fomentar e fortalecer a Pós-graduação;
  - ampliar a participação do IFSC em publicações nacionais e internacionais;
  - ampliar a divulgação das competências e tecnologias do IFSC;
  - ampliar o acesso a bases indexadas de conhecimento;
  - aplicar critérios e indicadores para acompanhamento e avaliação das pesquisas;
  - promover o compartilhamento e a criação de espaços físicos e equipamentos destinados à pesquisa.



Do ponto de vista da sociedade que permeia a instituição, a pesquisa tem as seguintes diretrizes:

- estabelecer e estreitar relações com instituições de diversas naturezas e órgãos de fomento;
- facilitar o processo institucional para viabilizar atividades de pesquisa com o setor produtivo;
- ampliar as atividades de cooperação científica e tecnológica;
- promover a transferência de tecnologia para a sociedade de maneira articulada à Extensão;
- incentivar a Proteção e a Transferência de Tecnologia.

### Políticas

A consolidação da pesquisa no IFSC está pautada, principalmente, no fortalecimento dos Grupos de Pesquisa, na estruturação de Cursos de Pós-Graduação e no estímulo às atividades de pesquisa aplicada e de transferência tecnológica.

Para tanto, a Política de Pesquisa do IFSC busca incentivar a organização dos seus pesquisadores em torno de um ou mais objetos de estudo por meio da formação de Grupos de Pesquisa. Dessa forma, potencializam-se as especialidades do conhecimento ao mesmo tempo em que se provoca o diálogo interdisciplinar, graças à maior interação e integração entre os pesquisadores e à complementaridade de suas competências. Como resultado, espera-se o aumento da produção científica e tecnológica, além do avanço nas soluções de problemas complexos, cujas soluções apresentam grande impacto quando transferidos para a sociedade. Tal processo de qualificação da pesquisa resulta em um diferencial na formação dos acadêmicos interessados em uma investigação científica, com a possibilidade de uma educação complementar de qualidade. Além disso, provoca a criação de novos cursos de Pós-Graduação, que são fundamentais para uma qualificação profissional diferenciada e de alto nível, que atenda atuais demandas do mercado.

Grupos de pesquisadores tendem a produzir informações relevantes e que devem ser publicadas, quer na forma de artigos, quer na forma de livros, ou ainda na produção de periódicos associados à área de interesse daquele grupo de pesquisadores. Para isso se fortalece, indiretamente, a participação em eventos e as publicações em geral.

Para a pesquisa, destacam-se as seguintes políticas:

- incentivar a pesquisa em todos os níveis de ensino;
- direcionar as atividades de pesquisa para solucionar problemas técnico-científicos oriundos da sociedade;
- fomentar e fortalecer a inovação e o empreendedorismo;
- envolver o aluno, preparando-o para que se torne capaz de fazer intervenções que contribuam para a transformação da sociedade;
- prezar pela qualidade do ensino, por meio de pesquisas bem direcionadas e associadas ao conhecimento desenvolvido nos cursos do IFSC;
- disseminar a cultura da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual;
- disseminar o conhecimento produzido pelo IFSC.

A pós-graduação, por sua vez, merece destaque especial, pois é um dos elementos de incentivo da pesquisa. Entendemos ser importante a inserção da pesquisa na sociedade, especialmente por meio de mestrados e doutorados profissionais, que aproximam a sociedade dos centros do conhecimento, tais como o IFSC.

Entre as metas para a pós-graduação, destaca-se a oferta de novos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, tendo como objetivos:

- elevar o patamar na avaliação da Capes como decorrência da qualidade dos cursos ofertados;
- tornar o IFSC uma referência em pós-graduação nos Institutos Federais;
- fomentar intercâmbios nacionais e internacionais com servidores, com o objetivo de ampliar a pós-graduação para além do âmbito do IFSC;
- ampliar a oferta de Dinter e Minter.

### 2.3.4 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa a democratizar o saber e a contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

A Constituição Federal de 1988, nos termos do Artigo 207, pode ser considerada um marco na inclusão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos referenciais da educação superior, dando início ao rompimento do processo dissociativo desses três componentes curriculares e institucionais.

O ensino vai muito além de compartilhar saberes já produzidos. Como o professor e o aluno são sujeitos ativos do processo de ensino e aprendizagem, o espaço acadêmico será também um espaço para produzir novos saberes, evidentemente, considerando as possibilidades de cada momento do percurso formativo. É importante entender que, se as relações que se estabelecem na instituição são marcadas pela ação crítica e criadora, o exercício do ensino, da pesquisa e da extensão será incorporado como prática, seja no processo pedagógico, seja nos processos de realimentação do trabalho docente, dando assim mais consistência às relações que se estabelecem entre a instituição e a sociedade.

Para que se possa visualizar e praticar ensino, pesquisa e extensão de modo articulado é necessário criar condições objetivas, tanto em termos materiais e físicos, quanto em termos de gestão. Isso significa que as atividades não serão restritas à sala de aula. Todos os profissionais da instituição poderão constituir-se pesquisadores e atuar em atividades de pesquisa e extensão, desde que essas atividades estejam voltadas à consolidação das finalidades do IFSC e que não infrinjam as atribuições de sua função.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um elemento estruturante do projeto pedagógico do Instituto Federal, não como uma mera questão formal, mas como princípio epistemológico, que remete à concepção e à identidade da instituição. Trata-se de um processo de produção do conhecimento por meio de ação investigativa que possa intervir na realidade da sociedade na qual a instituição encontra-se inserida.

O IFSC busca responder organicamente às demandas sociais, articulando o desenvolvimento científico com as transformações decorrentes da tecnologia e os rumos da sociedade contemporânea. Sendo assim, o contexto de criação do Instituto Federal revela-se como fator estratégico para intervir decisivamente no desenvolvimento da identidade cultural, científica e tecnológica, nos âmbitos local, regional e nacional.

A partir da reestruturação da educação profissional, proposta pela Lei nº 11.892/2008, os Institutos Federais passam a ocupar-se, “de forma mais substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, apreendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de

vida da população de regiões geograficamente delimitadas.”<sup>16</sup>

Está expresso na Lei nº 11.892/2008 que os Institutos Federais devem articular o ensino com a pesquisa aplicada e com a extensão. O ensino é entendido “como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana.” (SILVA, 2009, pp.10-11)<sup>17</sup>. Por essa razão, deve ser pensado em sintonia com a realidade do mundo atual, permitindo a formação continuada do trabalhador ao longo de sua vida, sem desconsiderar as competências e habilidades desenvolvidas na sua vivência diária. Nessa perspectiva, a educação profissional acontece no âmbito da ciência e da tecnologia por meio da indissociabilidade entre a prática e a teoria. A pesquisa, nesse caso, deve ter foco no desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade. Já a extensão, segundo a Lei nº 11.892/2008, pode ser entendida como o processo institucional de ampliar o acesso à educação, à ciência e à tecnologia para os demais atores sociais, de acordo com os “princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.”

Na relação ensino, pesquisa e extensão amplia-se o conceito de aula para além do tempo formal na instituição, para todo tempo e espaço, dentro ou fora da instituição. A pesquisa e a extensão são princípios educativos em cursos de todos os níveis e modalidades e devem constituir-se em trabalho específico e sistemático em resposta às necessidades que emergem na articulação entre o currículo e os anseios da comunidade.

Um aspecto importante a ser considerado em relação ao ensino, à pesquisa e à extensão é o papel fundamental delas na orientação do desenvolvimento social e tecnológico do país.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ocorrerá a partir do cumprimento das finalidades e características dispostas no artigo 6º da Lei nº 11.892/2008, de criação dos Institutos. Dentre elas destacam-se:

---

16 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Concepção e diretrizes dos Institutos Federais**. 2010. p.14.

17 SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

- o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e às peculiaridades regionais;
- o vínculo entre a oferta formativa, a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- o estímulo ao desenvolvimento de espírito crítico voltado à investigação empírica;
- a qualificação como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências, sobretudo no que se refere à formação de professores das redes públicas de ensino;
- o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- a realização de pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- a promoção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais;
- o desenvolvimento de atividades em que cooperam o ensino, a pesquisa e a extensão, tais como seminários, fóruns, encontros, eventos que permitam a integração, a socialização de saberes e a ajuda mútua, visando ao fortalecimento da educação.

O efetivo exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no âmbito das instituições de educação, indica a sua qualidade e o desempenho do seu compromisso social. A lei de criação dos Institutos Federais aponta, nos incisos VII a IX do artigo 6º, que esses conhecimentos,

devem ser interpretados conjuntamente. Eles nos indicam um modelo institucional visceralmente ligado às questões da inovação e transferência tecnológica sem deixar de lado a dimensão cultural e a busca do equilíbrio entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. [...]. Na maior parte de suas finalidades, observa-se a insistência no estabelecimento de uma relação transformadora com a sociedade. Nesse sentido, as ações de extensão surgem como o laço entre as demandas sociais, o ensino e a pesquisa, devendo impactar na contínua revisão e harmonização do ensino e da pesquisa com as necessidades socioeconômicas e culturais no diálogo permanente com os conhecimentos produzidos pela sociedade (SILVA, 2009, p.40)<sup>18</sup>.

---

18 SILVA, C. J. R. **Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008**: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009.

Por meio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a instituição possibilita a troca do saber com a sociedade em um fluxo dinâmico de conhecimento entre instituição e sociedade, gerando uma transformação mútua. Dessa forma, a indissociabilidade é traduzida em aprendizagem, produção e socialização do conhecimento.

### 2.3.5 Referenciais para elaboração de projetos pedagógicos de cursos

Os projetos pedagógicos de curso - PPCs, de todo o IFSC, devem respeitar às mesmas concepções de educação, ensino, pesquisa, extensão e gestão que permeiam todas as atividades da instituição, respeitando as peculiaridades de cada oferta educativa. Os PPCs devem ser elaborados e implementados para a busca do desenvolvimento de competências - conhecimentos, habilidades e atitudes - dos sujeitos, de forma coerente com as diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica, as diretrizes nacionais e demais documentos oficiais. Os PPCs devem ser construídos de forma a esboçar coerência entre os itinerários formativos e os respectivos arcos ocupacionais.

Um conjunto de normas nacionais são observadas nos procedimentos e projetos do IFSC, mas temos nossas próprias estratégias de construção da identidade pela coerência de concepções e procedimentos educativos, dentre os quais destacamos:

- cada PPC deverá conter: justificativa da oferta, perfil profissional e suas competências, apresentação e justificativa da matriz curricular (buscando a integração entre as unidades curriculares), sistema de avaliação de acordo com o nível de escolaridade;
- todos os projetos são analisados pelo Cepe para emissão de parecer de aprovação ou revisão;
- os cursos técnicos, de graduação e pós-graduação deverão ter seu PPC complementado por um plano de implementação, que deverá esclarecer todas as condições necessárias à implementação do curso, especialmente no que se refere à infraestrutura e ao corpo docente.

### 2.3.6 Formação de formadores

Um dos artigos mais inovadores na lei de criação dos Institutos foi a inclusão da formação docente como parte de nossas atribuições. Este PPI consolida essa prerrogativa de forma mais abrangente que o espírito da lei, que cita nos objetivos dos Institutos Federais, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.”

O apoio à educação básica é dever do IFSC, seja por meio da formação de professores, de licenciaturas ou por um conjunto de outras ações, como cursos de especialização e aperfeiçoamento para professores, projetos de pesquisa e extensão envolvendo outros profissionais da educação, programa de apoio à docência (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Parfor), programas de mestrado e doutorado que qualificam professores para a área de educação e demais áreas.

Um destaque é importante no conceito de formação de formadores: a formação de professores para a EPT. Pouca oferta nessa área acontece no país, na maioria dos casos são programas especiais, transitórios ou sazonais de formação docente. O IFSC deve propor um programa permanente de formação de professores para a EPT, seja em cursos de licenciatura ou pós-graduação, tanto para seus próprios servidores, quanto para a comunidade externa.

O recentemente criado Centro de Referência em Formação e EaD deverá ofertar cursos de formação docente em EPT e gestão pública, bem como dar suporte à oferta de EaD no IFSC.

Além disso, o IFSC deve promover a formação continuada de seus servidores, incentivando a oferta de cursos que envolvam os aspectos relacionados tanto à atuação didático-pedagógica quanto à área técnica, bem como proporcionar condições para a consecução de estudos complementares dos servidores.

## 2.4 GESTÃO

### 2.4.1 Concepções

A Lei nº 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, coloca a gestão democrática como principal forma de integração da educação com a nova organização social.

Dessa forma, a Lei nº 9394/1996 não deixa dúvidas de que as instituições educacionais devam aproximar-se da comunidade, fazendo parte dela e fazendo com que ela também participe de forma ativa dos processos.

Ainda em conformidade com a legislação, ou seja, considerando como referência a autonomia institucional e a gestão democrática como elementos sustentadores de sua base, compreende-se que os interesses e anseios da comunidade institucional delimitarão as normas de organização dos processos de forma coletiva.

A gestão democrática está associada à democracia participativa. A descentralização, a autonomia e a participação estabelecem abertura de novas arenas públicas de decisão, que conferem a cada "escola" sua singularidade, sua identidade própria, tendo a qualidade do ensino como ponto central de qualquer proposta para "escola" pública. No exercício da construção da autonomia escolar, não obstante seus percalços e desafios, são visíveis e promissores os benefícios e as vantagens produzidos nessa vivência. A "escola" torna-se palco de experiências democráticas, em que a participação e a autonomia devem ocorrer de forma transparente, respeitando a diversidade, o pluralismo e os valores éticos. A gestão democrática adotada contempla a autonomia do IFSC e a participação na tomada de decisões, amparada em uma concepção sociocrítica, e implica processos de participação, autonomia e delegação de poder, o que sugere corresponsabilidade.

É importante destacar, entretanto, a distinção entre autonomia e soberania. Soberania é prerrogativa da nação, emanada do povo, como expressão maior da democracia. Assim, a autonomia deve ser exercida nos limites de um projeto de nação esculpido democraticamente pela população, e a esse devem estar submetidos os interesses específicos de qualquer representação, por mais legítimos que sejam. Ao estabelecer uma estrutura multicâmpus, em que todos os câmpus possuem um elevado e



isonômico grau de autonomia, afirma-se o território como dimensão essencial de sua função. Conseqüentemente, na configuração dessa esfera exterior (os limites do território), estabelecem-se os princípios para sua ação comprometida com o desenvolvimento local e regional, não cerceadores de sua autonomia. Essa circunscrição do local e do regional vem, sobretudo, enriquecida do sentido maior da construção da autonomia dessas regiões; e, tomando como base suas identidades, estabelece formas de diálogo permanente, na perspectiva da superação de limites que favoreçam a exclusão<sup>19</sup>.

A consolidação do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se configurou com a criação de um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias, e deverão responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos tecnológicos e de suporte aos arranjos profissionais, e permitirão que o Brasil atinja condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico<sup>20</sup>.

Assim, o modelo de Instituto Federal surgiu como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Configurando-se como uma estrutura multicâmpus, o IFSC precisa aprimorar mecanismos de gestão que permitam a autonomia dos câmpus e ao mesmo tempo fortaleçam o caráter sistêmico do Instituto. Como os câmpus atuam em comunidades diferenciadas, precisam praticar a autonomia, que será verdadeira quando cada câmpus puder tomar decisões e encaminhar seus trabalhos, respeitando suas peculiaridades, atendendo, portanto, às características e necessidades do contexto em que está inserido. Isso, entretanto, requer a definição de políticas institucionais claras em termos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Em adição, está em aprimoramento a definição e adoção de princípios e diretrizes

19 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Concepção e diretrizes dos Institutos Federais**. 2010.

20 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Concepção e diretrizes dos Institutos Federais**. 2010.

de gestão adequados à nova institucionalidade, que subsidiem e orientem os níveis de autonomia e de descentralização praticados, de modo a possibilitar o cumprimento das finalidades do Instituto de forma integrada e efetiva.

### 2.4.2 Relevância

Atualmente, gerir envolve uma gama muito mais abrangente e diversificada de atividades do que no passado. Conseqüentemente, o gestor precisa estar apto a perceber, refletir, decidir e agir em condições totalmente diferentes do que antes. Nesse contexto, entende-se que gestão é uma prática social, dependendo de pessoas, da sociedade, da economia, da cultura, das possibilidades tecnológicas e de outras tantas dimensões da vida.

Na gestão pública, essas variáveis têm ainda maior influência, pois a capacidade de mediação é um dos requisitos fundamentais. A diversidade de opiniões será considerada como parte do processo democrático e participativo, de forma a contribuir para o fortalecimento e a construção da identidade institucional. Nessa perspectiva de gestão democrática, destaca-se o papel do gestor como mobilizador constante da comunidade acadêmica, de modo a tornar possível o processo democrático e participativo.

Nos processos de gestão é fundamental ressaltar que as pessoas são os agentes das mudanças. Os gestores e cada membro da comunidade acadêmica, em particular, têm contribuição indispensável na construção da gestão democrática. Por isso, é imprescindível que haja uma política de valorização dos servidores e a promoção da igualdade de oportunidades, para que todos se sintam parte da instituição, identificando-se com seu trabalho e assumindo-se corresponsáveis no desenvolvimento dos processos.

Nessa perspectiva, a formação continuada tem fundamental importância, pois além de possibilitar a qualificação, a competência e a progressão funcional na carreira, propicia o desenvolvimento profissional dos servidores de modo articulado ao projeto e às finalidades da instituição.

É imprescindível, ainda, que se promova o espaço de discussão e de preparação da comunidade acadêmica para tomar decisões coletivas. Esse espaço contribui para a formação dos sujeitos e, sobretudo, qualifica as decisões e ações. Todos crescem e

aperfeiçoam sua condição de cidadãos.

O modelo de gestão refere-se ao arranjo relativo do “como fazer”. Atualmente entende-se que o modelo de gestão deve cuidar dos processos de aprendizado organizacional, necessários à evolução da organização, tanto em sua dimensão operacional (uso dos recursos) como em sua dimensão estratégica (realocação dos recursos), dada a evolução do ambiente e da própria organização. É o modelo planejado sobre como a organização deveria ser estruturada e gerida, para que atenda determinados objetivos e finalidades definidos em certo momento. Trata-se de agir com efetividade, propiciando que a instituição evolua continuamente.

É fundamental que a gestão da instituição seja essencialmente voltada para o atendimento de seus públicos estratégicos, disponibilizando oportunidades educacionais, culturais e de extensão. Dar continuidade ao uso de um modelo de gestão democrática e expandir a adoção desse modelo abrem caminho para a inovação gerencial.

O gerenciamento da instituição educacional requer, além do estabelecimento de uma nova política de atuação, também uma concepção de gestão que permita administrar os diferentes atores organizacionais e recursos necessários. Nessa perspectiva de renovação, destaca-se também o cenário político que, por meio de políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas sociais do país, tem contribuído sobremaneira para o resgate das Instituições educacionais.

A nova realidade organizacional do IFSC aumenta a sua responsabilidade relacionada ao atendimento das demandas sociais, pois os Institutos Federais têm, como uma de suas finalidades, a formação de educadores. Entender o contexto em que se atua, seja do ponto de vista regional, nacional ou até internacional, é fundamental para todo o corpo de servidores e discentes. Um modelo de gestão focado nas necessidades sociais, buscando superá-las, fomentará um referencial para desenvolver as políticas da instituição.

### **Avaliação**

A avaliação institucional distingue-se como um processo de retratar, verificar, pesquisar determinada realidade de uma instituição, com o objetivo não só conhecê-la, mas também de modificá-la quando necessário. Ela está comprometida com aquilo que

se deseja alterar, partindo da avaliação autocrítica, que vai proporcionar condições de rever a sua realidade. Destaca-se a importância da promoção da avaliação sistemática dos processos, tanto no âmbito pedagógico quanto administrativo. A avaliação institucional consiste em obter dados quantitativos e qualitativos para efetuar análises que permitam a tomada de decisões acerca do desenvolvimento da instituição.

Essa avaliação deve ser abrangente e aberta a todos os envolvidos nos processos. Essa prática de avaliação servirá para orientar a gestão, garantindo a democracia e a transparência. Ela está diretamente relacionada ao cumprimento das finalidades da instituição; compreende a análise quantitativa e qualitativa dos processos pedagógicos, dos cursos oferecidos, das condições disponíveis, relacionando-os às demandas educacionais. Essa avaliação acontecerá, sistematicamente, associada a cada processo e a cada ação da instituição, de tal maneira que sempre indagará se as práticas realizadas correspondem à instituição, ao currículo, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à gestão que se deseja.

O IFSC, dentre as ferramentas de avaliação existentes, vem utilizando também a sistemática da Comissão Própria de Avaliação (CPA) como um dos instrumentos de avaliação institucional, de modo a aprimorar a utilização dos resultados nos processos diretivos, aliando-os às ferramentas de gestão.

A avaliação, portanto, deverá estar presente em todos os níveis de ensino do IFSC, de modo que seja um processo cíclico e contínuo, reflexivo, individualizado e coletivo, múltiplo e participativo, voltado a realimentar os processos e a redimensioná-los para promover as mudanças necessárias a fim de se alcançar as finalidades e metas do IFSC.

É importante considerar também a adoção, por parte do IFSC, de formas mais flexíveis de organização do trabalho, tais como estruturação de fóruns para discussão e decisão, formação de grupos de trabalho multidisciplinares para solução de situações específicas, elaboração de projetos para captação de recursos e outros.

A consolidação dos órgãos colegiados, de caráter consultivo ou deliberativo, concebidos sob a ótica dos princípios democráticos e funcionando sob a vertente da metodologia participativa, tem se revelado um importante diferencial e um desafio para a comunidade acadêmica. Destaca-se o importante papel dos colegiados enquanto instrumentos integradores, facilitando a comunicação, a coordenação e o controle dos

elementos diferenciados que compõem a rede IFSC.

### 2.4.3 Princípios

Para garantir uma gestão pautada na democracia participativa, na perspectiva da inclusão e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as ações do IFSC se nortearão pelos seguintes princípios:

- garantia da gestão pedagógica, administrativa e financeira de forma democrática, colaborativa, solidária, transparente e participativa para toda a organização do Instituto;
- respeito às leis e normas que regem a educação e a instituição, promovendo, sempre que necessário, as devidas intervenções para que sejam revisadas;
- garantia do cumprimento dos direitos e deveres de todos os integrantes da comunidade acadêmica, bem como as atribuições dos diversos profissionais e seus respectivos setores;
- ensino como atividade principal do IFSC, em torno da qual se organizam a pesquisa, a extensão e a gestão dos câmpus;
- zelo quanto à identidade de instituição de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- respeito à pluralidade de ideias;
- integração, solidariedade e compartilhamento de conhecimentos e boas práticas na comunidade acadêmica;
- promoção de políticas inclusivas, que favoreçam o acesso, a permanência e o êxito;
- incorporação dos avanços tecnológicos e estabelecimento das condições necessárias para que os trabalhos nos diversos câmpus e na Reitoria sejam realizados de forma integrada e em rede;
- transparência para disponibilizar aos cidadãos interessados informações relacionadas à atuação institucional, sendo essa uma condição de participação da cidadania no centro do processo democrático e de controle social das políticas públicas.

### 2.4.4 Diretrizes

Considerando que o IFSC prima por sua função social, é importante que sua gestão (pedagógica e administrativa) seja democrática e transparente, para que, na pluralidade de visões, constitua-se o caráter público das práticas da instituição. Para tal, os processos de decisão devem ser coletivos, participativos, de modo que as escolhas efetuadas sejam legítimas e os integrantes da comunidade acadêmica vejam-se corresponsáveis pela concepção, execução e acompanhamento das ações.

A organização política, pedagógica e administrativa para o funcionamento do IFSC levará em consideração as seguintes diretrizes:

- consolidar a identidade institucional, promovendo a reflexão e a disseminação das concepções de educação profissional, científica e tecnológica;
- institucionalizar o modelo de gestão em rede a partir dos conceitos de interdependência, auto-organização, igualdade e solidariedade;
- criar e aprimorar, permanentemente, práticas que fortaleçam a gestão em rede do Instituto, sempre respeitando a autonomia e identidade dos câmpus;
- fortalecer e valorizar os câmpus, respeitando as suas potencialidades e especificidades;
- realizar de forma contínua a avaliação, a revisão e a adequação da estrutura organizacional aos processos do Instituto, garantindo, sobretudo, a melhoria do processo de gestão;
- pesquisar e implementar diferentes formas e instrumentos avaliativos para o constante aprimoramento do processo de gestão;
- avaliar, reorganizar e integrar os processos pedagógicos, buscando a efetividade e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- avaliar constantemente os processos educacionais, exigindo dos órgãos superiores responsáveis pela educação as condições necessárias para atender às necessidades da comunidade;
- avaliar constantemente as atividades desenvolvidas com a comunidade, prestando contas e promovendo os ajustes necessários;
- promover o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações de forma participativa, implementando instrumentos que possibilitem a composição e a

- utilização de indicadores de gestão;
- propiciar, sistematicamente, espaços para reflexão sobre as questões institucionais e educacionais mais amplas, visando à preparação das pessoas para os processos decisórios e para colaborar nos processos educativos;
  - garantir espaços de discussão e integração de cada segmento para encaminhamento de solicitações específicas, visando à formação de lideranças para o exercício da representatividade;
  - envolver a comunidade, mediante suas organizações sociais, nos processos decisórios relativos à atuação do IFSC;
  - assegurar, para o exercício da cidadania, que a instituição seja espaço de formação e participação;
  - promover as condições necessárias para a participação organizada, transparente e democrática dos integrantes da comunidade acadêmica no processo decisório;
  - promover, sistematicamente, a melhoria das condições físicas e materiais, assim como a adequação do quadro de pessoal às necessidades institucionais;
  - criar mecanismos de ampliação dos recursos financeiros, garantindo o caráter público e gratuito de todos os cursos mantidos pelo Instituto;
  - promover a integração entre as diversas áreas profissionais, bem como entre os segmentos que constituem a comunidade acadêmica do IFSC;
  - promover intercâmbio com outras instituições e organizações, visando ao aprimoramento das práticas do Instituto e à socialização de seus trabalhos;
  - buscar articulação com diferentes parcerias para viabilizar a proposta política, pedagógica e administrativa, valorizando a comunidade onde a instituição está inserida;
  - reivindicar, nos espaços apropriados, os direitos dos servidores e da instituição;
  - garantir a comunicação efetiva do IFSC com seus públicos estratégicos, salientando que todos tenham acesso à informação de forma igualitária, qualificando o processo de gestão;
  - estabelecer mecanismos que permitam a prática de princípios éticos e de valores humanos mais solidários nas práticas da instituição;
  - promover ações inclusivas que visem ao acesso, à permanência e ao êxito do

aluno, respeitando os direitos humanos baseados nos princípios de justiça, igualdade, cooperação e compreensão;

- desenvolver um programa de formação continuada de gestores;
- desenvolver programas de formação continuada de servidores;
- possibilitar a gestão adequada de dados, de informações e do conhecimento estratégico institucional, adotando, com inovação, indicadores e sistemas de informação gerenciais.

### 2.4.5 Políticas

Políticas de gestão consistem nas definições das posturas da instituição quanto às diferentes temáticas que devem ser desenvolvidas, de acordo com sua missão e visão de futuro. Elas são consideradas os objetivos maiores que nortearão o planejamento estratégico. Na construção dessas políticas, é fundamental que se promova e garanta o alinhamento com os princípios, as diretrizes, a missão, a visão e os valores institucionais.

Assim, apresentam-se a seguir as principais dimensões para as quais o Instituto vem propondo políticas.

**Inclusão:** as políticas inclusivas devem centrar-se no eixo da organização sociopolítica necessária para viabilizá-la e basear-se nos direitos individuais do público a que se destina.

**Tecnologia da Informação:** desenvolvimento e implantação de política, diretrizes e procedimentos de forma a garantir o uso racional e coordenado dos recursos de TIC. Além disso, apresentar uma imagem uniforme do IFSC por meio de produtos de tecnologia da informação e sistemas de comunicação do IFSC.

**Segurança da Informação:** desenvolvimento e implantação de política, diretrizes e procedimentos de forma a eliminar ou reduzir riscos aos quais as informações geradas ou mantidas pelo IFSC estão expostas.

**Comunicação:** estabelecimento da relação permanente e sistemática entre a instituição e seus diversos públicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de orientar o desenvolvimento de ações, estratégias e produtos de comunicação do IFSC. A Política de Comunicação aborda temas especiais que se reportam a processos, estratégias ou situações relevantes que devem merecer



atenção especial dos profissionais de comunicação do IFSC e de seus gestores, nos vários níveis de decisão, além da atenção dos demais servidores, uma vez que se trata de um compromisso assumido por todo o Instituto.

**Internacionalização:** desenvolvimento e implantação de programas que possibilitem o fortalecimento da internacionalização do IFSC com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, divulgação e produção científica e tecnológica.

**Responsabilidade Socioambiental:** a política de responsabilidade socioambiental do IFSC deve conter um conjunto de práticas, ações e iniciativas capazes de tornar efetivo o princípio da função socioambiental, mediante adoção, implementação e gestão de atividades sociais e ambientais em benefício da comunidade, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento do ser humano e da cultura da sustentabilidade. Essa política deve ser compreendida como uma responsabilidade legal e um compromisso social da instituição com a comunidade.

**Infraestrutura:**

- gestão dos recursos materiais, físicos e tecnológicos do IFSC, tendo como foco a otimização, a efetividade e a modernização dos processos de atendimento aos usuários, nas áreas do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, tendo em vista as demandas sociais, ambientais e a gestão democrática participativa;
- proposição de Planos Diretores específicos para a operacionalização das políticas.

**Gestão de Pessoas:** a política de gestão de pessoas contempla: o estabelecimento de um cenário organizacional que possibilite a realização profissional e a valorização do servidor em todas as etapas da vida funcional, buscando o equilíbrio de objetivos entre a pessoa, a equipe e a instituição; o desenvolvimento de processo de formação continuada para os servidores, considerando os respectivos estágios de ambientação na instituição, a formação de gestores e as finalidades institucionais; a realização de processos de ingresso e de dimensionamento de servidores alinhados às políticas e critérios institucionais; o fortalecimento dos processos de fixação dos servidores nos câmpus; e o fortalecimento de processos de mobilidade dos servidores.

**Gestão da Informação e do Conhecimento:** promoção da utilização de fundamentos teórico-práticos da gestão do conhecimento, de forma a estimular a identificação, o armazenamento, a criação, a aplicação e a socialização de informações e conhecimentos

estratégicos relevantes para a gestão institucional.

Governança Corporativa:

- concepção de instrumentos e estratégias de gestão que possibilitem o desenvolvimento das atividades institucionais de forma integrada e em rede, de modo a subsidiar o alcance das finalidades institucionais e a ação comprometida com o desenvolvimento local e regional. Deve se levar em consideração a identidade institucional, a implementação das políticas públicas e a relação com a Rede Federal EPCT e demais instituições de ensino, pesquisa e extensão;
- estabelecimento de diretrizes e critérios institucionais baseados nos princípios da administração pública, da equidade, da solidariedade, da transparência e da participação, para subsidiar o processo de gestão estratégica, possibilitando a integração do ciclo de avaliação, planejamento, programação, acompanhamento e execução orçamentária.

### 2.5 ASSUNTOS ESTUDANTIS

Segundo o Documento Referência para a Assistência Estudantil do IFSC, de 2010, “a educação, direito social constitucionalmente estabelecido, sobretudo quando oferecida em organizações públicas de ensino, precisa responder às demandas pedagógicas e sociais próprias dos sujeitos de direitos que constituem seu corpo discente; favorecendo, assim, a formação integral com qualidade e estimulando o pensamento crítico. Para tanto, é necessário que o estudante tenha condições plenas para se desenvolver enquanto sujeito, bem como as habilidades socioprofissionais necessárias à sua inserção no mundo do trabalho.”

O IFSC tem, desde a sua constituição, desenvolvido ações de inclusão. Assim, ao longo de sua história, ocorreram diferentes ações para diversos públicos, destinadas ao seu acesso, permanência e êxito na educação profissional técnica e tecnológica. Para tanto, compreende-se que o processo de exclusão social foi e está sendo gerado a partir de diferenças construídas de maneira histórica, social e cultural, e que as ações inclusivas devem facilitar os processos de acesso, permanência e êxito de discentes.

### 2.5.1 Acesso

O acesso aos cursos de educação profissional do IFSC modificou-se ao longo do tempo. Embora a instituição tenha se originado objetivando o atendimento aos “desvalidos da sorte”, o grande número de candidatos por vaga, por vezes, levou a extremos da meritocracia. Fatos como esse levaram a discussões internas e, tendo em vista a proposta de ser uma instituição inclusiva, o IFSC passou a adotar políticas diferenciadas de ingresso anteriores à existência da Lei nº 12.711/2012. Com a promulgação dessa lei, a forma de ingresso foi adaptada para o atendimento aos termos nela propostos, visando a facilitar o acesso de discentes oriundos de escola pública, de baixa renda e de pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, conforme percentual da população catarinense aferida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A proposição dessa lei está de acordo com a prerrogativa inclusiva já adotada pelo IFSC. A noção de igualdade de concorrência ignora os processos de exclusão que ocorrem na sociedade brasileira e a restrição existente para parte da população ao acesso à educação de qualidade. Garantir acesso diferenciado a esses públicos tem sido foco de ações institucionais para todos os níveis e modalidades de ensino.

Além da adoção de processos seletivos com cotas para diferentes públicos, existem outras propostas de acesso adotadas pelo IFSC, como os processos seletivos por meio de análise socioeconômica para os cursos de formação inicial e continuada, que são orientados para o ingresso de pessoas prioritariamente com baixa renda familiar, oriundas de escola pública e trabalhadores. É preciso ressaltar ainda a existência de cursos vinculados à Educação de Jovens e Adultos, que vislumbram o ingresso de pessoas que não puderam concluir o ensino básico na idade regular. Dentro desse contexto, no IFSC são ofertados dois programas: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (Proeja Técnico), na modalidade de Jovens e Adultos, que tem como objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular, e também o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com ensino fundamental (Proeja FIC), que tem por objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade regular. Para garantir o acesso de

diferentes públicos ao IFSC é preciso contemplar distintas estratégias de divulgação da instituição e de seus cursos, para que a informação chegue aos públicos estratégicos com qualidade e clareza.

### 2.5.2 Permanência e êxito

A permanência do discente na instituição compreende o tempo definido em cada projeto de curso para a integralização da carga horária prevista nesse projeto, incluindo o estágio supervisionado, quando previsto. O êxito ocorre quando o discente integraliza essas unidades curriculares, passando a ter direito à certificação.

Observou-se, ao longo das experiências do IFSC, que apenas democratizar o acesso à instituição não tem garantido o sucesso do processo educativo dos discentes. Vários têm sido os motivos que os levam a sair da instituição sem concluir seu curso. Esses são denominados evadidos. Considera-se de extrema relevância atentar para a taxa de evasão de acordo com cada curso, bem como para seus motivos, buscando-se desenvolver estratégias que incentivem a permanência do discente até que ele finalize a formação em curso.

Com o objetivo de identificar mecanismos que possam levar à permanência e ao êxito dos discentes, a instituição vem fortalecendo a implantação de equipes interdisciplinares nos câmpus, para ampliar as ações das Coordenadorias Pedagógicas. As ações dessas equipes têm por objetivo articular o trabalho de servidores em prol de melhores taxas de permanência e êxito dos discentes. Compreende-se que, por meio dessas ações conjuntas, será possível aprimorar o processo de criação dos cursos, metodologias de ensino e acompanhamento acadêmico discente, a fim de causar um impacto positivo nas taxas de permanência e êxito dos discentes no IFSC, contemplando o atendimento às diferentes formas de aprender.

Para garantir a permanência e o êxito do discente nos cursos, estão sendo implementados programas de assistência estudantil desde 2011. Um deles concede apoio financeiro para discentes em situação de vulnerabilidade social. Esse auxílio financeiro tem por objetivo manter na instituição os discentes propensos a abandonar os cursos por falta de condições financeiras para necessidades básicas, tais como alimentação, transporte e material didático.

Além das linhas de ação desenhadas acima, para que se possa interferir de forma positiva na permanência e no êxito do discente do IFSC, é importante implementar como ação programática:

- o acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem;
- o acompanhamento pedagógico em situações de dificuldade de desempenho e de aprendizagem;
- o acompanhamento docente para adaptação metodológica, buscando facilitar o processo de ensino e aprendizagem;
- o apoio psicossocial em casos de dificuldades emocionais, afetivas e de aprendizagem.
- a prevenção e a promoção de saúde;
- o desenvolvimento de estudos e ações sobre evasão e permanência;
- a organização de parcerias com setores como assistência social, saúde e segurança, quando houver a necessidade de ações intersetoriais articuladas;
- o fomento de ações articuladas das atividades de ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo;
- o fomento da inserção dos discentes no mundo do trabalho;
- o fomento da formação empreendedora;
- a promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas;
- o fomento da formação político-social para a comunidade acadêmica;
- o desenvolvimento de ações voltadas para a promoção de uma alimentação saudável e segura aos discentes.

### 2.5.3 Pessoas com necessidades específicas

A concepção de discentes com necessidades educacionais específicas é fundamentada na Declaração de Salamanca, de 1994, uma resolução das Nações Unidas que desenha os princípios, as políticas e as práticas em educação especial. A resolução define que deve haver políticas de atendimento específicas abrangendo crianças, adolescentes e jovens em situação de desvantagem e também as chamadas pessoas com altas habilidades. Também devem ser atendidas as crianças que vivem nas ruas, as que estão em situação de risco e/ou as que trabalham, as populações remotas ou

nômades, pertencentes a minorias étnicas ou culturais, e as crianças desfavorecidas ou marginais, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional (NAÇÕES UNIDAS, 1994)<sup>21</sup>.

A proposição de uma educação inclusiva já é sinalizada na Constituição Federal de 1988 em seus Artigos 205 e 208: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.” Garantir uma escola inclusiva implica propostas de ação em distintos eixos: oportunizar estágios de qualidade, prestar apoio à organização estudantil, criar espaços de convivência para os estudantes, garantir acesso a práticas de pesquisa e extensão, oportunizar atividades artísticas, culturais e esportivas, contribuindo para a inclusão e a permanência de todos os estudantes do IFSC.

Além da Constituição Federal, as ações do IFSC estão fundamentadas em princípios emanados da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, e consonantes com o Plano Nacional de Educação 2014-2024.

Esta seção se destina a tratar do atendimento aos discentes com necessidades específicas, conforme o disposto no Decreto nº 5.296/2004, abrangendo diversos tipos de deficiência: física, auditiva, visual, mental, múltipla e pessoas com mobilidade reduzida. Além desses discentes, estão contemplados nesta seção os atendimentos especializados para discentes com superdotação.

As políticas educacionais brasileiras asseguram a todos a igualdade de condições para o acesso, a permanência na escola e o êxito em seus cursos. Sendo assim, a

---

21 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 1994. **Declaração de Salamanca**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

educação inclusiva deve permear transversalmente todos os níveis e todas as modalidades de ensino, oferecendo a todos a igualdade de oportunidades.

No Brasil, o atendimento às pessoas com necessidades específicas iniciaram no período imperial, com a criação de uma instituição de atendimento aos deficientes visuais, atual Instituto Benjamin Constant (IBC) e o atual Instituto Nacional da Educação de Surdos (Ines). Já no século XX, por iniciativa da sociedade civil, foi fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental que, em 1945, começou a atender pessoas com superdotação. Em 1954, foi fundada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).

A partir de uma discussão iniciada nos anos 60, profissionais, pais e pessoas com necessidades específicas, em meados dos anos 80, iniciaram um movimento para ações educativas de integração das pessoas deficientes, no lugar das práticas vigentes na época, que enfatizavam a ideia de “educação especial” e segregavam as pessoas com necessidades específicas. As discussões prosseguiram, chegando à percepção de que a dificuldade que era apresentada por alguns alunos não estava centrada neles, mas sim nas formas de organização do ensino em algumas escolas.

A Lei nº 5.692/1971, ao inserir o “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não permitiu o avanço da escola para atender essas demandas; ao contrário, reforçou o encaminhamento desses alunos a classes e escolas especiais. Em 1973, o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), responsável pela gerência da educação especial no Brasil, fundamentado na integração desses alunos, favorecendo as ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às com superdotação. Entretanto, as ações ainda foram desenvolvidas de forma isolada. Continuava-se com “políticas especiais”, sem a efetivação de uma política inclusiva.

O marco regulatório vigente, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2007, está baseada na defesa do direito de convivência de todos os alunos, fundamentada na perspectiva dos direitos humanos. Essa política busca romper as barreiras impostas pelas diferenças e tem como objetivos: a transversalidade da educação especial, da educação infantil à educação superior; o

atendimento educacional especializado; a continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e na informação; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Em relação à acessibilidade física, ela inclui providências para além da quebra de barreiras arquitetônicas. Sinalização, mobilidade, mobiliário e outras medidas de ordem prática são necessárias para preparar o ambiente para o atendimento das pessoas com necessidades específicas.

Na Educação Profissional e Tecnológica, as primeiras ações de institucionalização de uma política de inclusão iniciaram com o Programa TEC NEP - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, em 2001. A partir daí, foram criados os Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), atualmente vinculados à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

No IFSC, ressalta-se o compromisso inclusivo dos Institutos Federais por meio da criação do primeiro câmpus bilíngue Libras/Português no município de Palhoça, sendo a primeira escola da América Latina nessa modalidade. O diferencial do câmpus é que o ensino é voltado para a oferta de educação profissional bilíngue - Libras/Português, tendo como público estratégico tanto pessoas surdas como ouvintes, por meio de uma metodologia de ensino inclusiva e significativa para ambos os públicos.

Cada câmpus do IFSC conta hoje com um Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). É função desse Núcleo assessorar a instituição para receber as pessoas com necessidades específicas, colaborando com as adaptações necessárias para o atendimento de cada discente.

Sendo a Educação um direito de todos e um dever do Estado, e levando-se em consideração a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2007, o IFSC compromete-se com:

- a implementação da acessibilidade física;
- o desenvolvimento de programas de capacitação e formação para servidores;
- o atendimento pedagógico adequado às demandas do discente;



- a garantia de formas de acesso adequadas às necessidades das pessoas com necessidades específicas;
- a garantia de estratégias para permanência e êxito que atendam às especificidades das pessoas com necessidades específicas;
- a busca de condições para que haja a possibilidade de proporcionar terminalidade específica, nos termos legalmente previstos, e para quem dela comprovadamente necessitar.

### 2.5.4 Egressos

Considera-se egresso o sujeito que foi discente do IFSC e concluiu o seu curso. Projetar ações para esse público possibilita compreender melhor como a formação que a instituição dá aos sujeitos impacta suas vidas. Por isso, no que diz respeito ao egresso, é importante detectar modelos de práticas bem-sucedidas para realimentar os projetos pedagógicos de cursos e estratégias pedagógicas da instituição como um todo. Além disso, também é importante para a instituição identificar a inserção socioprofissional, as perspectivas e expectativas nas aproximações do egresso com o mundo do trabalho. Faz-se necessário manter um canal de comunicação permanente com o mundo do trabalho, que seja efetivo e democratizador das informações, subsidiando e facilitando as escolhas dos discentes para sua atuação profissional.

Quanto a seus egressos, constituem-se ações a serem desenvolvidas pelo IFSC:

- desenvolver ações sistemáticas voltadas às pesquisas de demandas e à análise da inserção socioprofissional;
- implantar o Observatório da Educação Profissional;
- garantir uma forma de diálogo com os egressos;
- desenvolver uma política de acompanhamento de egressos;
- fomentar e incentivar o retorno dos egressos para que sigam o seu itinerário formativo no IFSC;
- fomentar a participação de egressos em projetos de pesquisa e extensão do IFSC, especialmente em áreas que remetam a aspectos sociais e inclusivos;
- criar ferramentas que estimulem o aluno a seguir o percurso formativo no eixo tecnológico de sua escolha;

- criar mecanismos de comunicação com os egressos, de modo a informá-los dos eventos, cursos, palestras e demais atividades do IFSC.

CAPÍTULO 2.....	1
PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	1
2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E CONCEITO DE PPI.....	1
2.2 CONCEPÇÕES NORTEADORAS.....	4
2.2.1 Concepção de educação.....	5
2.2.2 Concepção de educação profissional e tecnológica.....	5
2.2.3 Concepção de currículo.....	7
2.2.4 Concepção de avaliação.....	8
2.3 ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	10
2.3.1 Caracterização do ensino.....	10
Definição e Importância.....	11
Objetivos.....	12
Diretrizes Gerais.....	13
Políticas.....	14
2.3.2 Caracterização da extensão.....	15
Definição.....	15
Importância.....	16
Objetivos.....	17
Diretrizes Gerais.....	18
Políticas.....	19
2.3.3 Caracterização da pesquisa.....	20
Definição e Contexto.....	20
Importância.....	21
Objetivos.....	22
Diretrizes Gerais.....	23
Políticas.....	25
2.3.4 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.....	26
2.3.5 Referenciais para elaboração de projetos pedagógicos de cursos.....	30
2.3.6 Formação de formadores.....	31
2.4 GESTÃO.....	32

2.4.1	Concepções.....	32
2.4.2	Relevância.....	34
	Avaliação.....	35
2.4.3	Princípios.....	37
2.4.4	Diretrizes.....	38
2.4.5	Políticas.....	40
2.5	ASSUNTOS ESTUDANTIS.....	42
2.5.1	Acesso.....	43
2.5.2	Permanência e êxito.....	44
2.5.3	Pessoas com necessidades específicas.....	45
2.5.4	Egressos.....	49